



Escola de Administração Fazendária



Concurso Público - 2009

(Edital ESAF n. 94, de 7/10/09)

Gabarito

1

Cargo:

***Analista-Tributário da
Receita Federal do Brasil***

Prova 2

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
2. Verifique se o **Número do Gabarito**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova, cujo número do gabarito seja igual ao constante de seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
3. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
4. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Uma chave importante para a autoconfiança é a preparação.”
5. **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
6. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
7. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
8. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
9. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
11. Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.7 do edital regulador do concurso.
12. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
13. Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

DIREITO:

TRIBUTÁRIO

1 – A Constituição Federal, entre outras limitações ao poder de tributar, estabelece a isonomia, vale dizer, veda o tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. Sobre a isonomia, é correto afirmar que:

- a) diante da regra mencionada, o tratamento tributário diferenciado dado às microempresas e empresas de pequeno porte, por exemplo, deve ser considerado inconstitucional.
- b) não se permite a distinção, para fins tributários, entre empresas comerciais e prestadoras de serviços, bem como entre diferentes ramos da economia.
- c) para que um tratamento tributário diferenciado (isenção, por exemplo) seja justificado, não é necessário haver correlação lógica entre este e o elemento de discriminação tributária.
- d) em razão do princípio constitucional da isonomia, não deve ser diferenciado, por meio de isenções ou incidência tributária menos gravosa, o tratamento de situações que não revelem capacidade contributiva ou que mereçam um tratamento fiscal ajustado à sua menor expressão econômica.
- e) a isenção, como causa de exclusão do crédito tributário, é, por sua própria natureza, fator de desigualação e discriminação entre pessoas, coisas e situações. Nem por isso, no entanto, as isenções são inconstitucionais, desde que reste demonstrado que se teve em mira o interesse ou a conveniência pública na aplicação da regra da capacidade contributiva ou no incentivo de determinadas atividades de interesse do Estado.

2 – Entre outras limitações ao poder de tributar, que possuem os entes políticos, temos a de cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Sobre essa limitação, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros ou falsos. Depois, escolha a opção que seja adequada às suas respostas:

- I. a irretroatividade da lei tributária vem preservar o passado da atribuição de novos efeitos tributários, reforçando a própria garantia da legalidade, porquanto resulta na exigência de lei prévia, evidenciando-se como instrumento de otimização da segurança jurídica ao prover uma maior certeza do direito;
 - II. o Supremo Tribunal Federal tem como referência, para análise da irretroatividade, o aspecto temporal da hipótese de incidência, ou seja, o momento apontado pela lei como sendo aquele em que se deve considerar ocorrido o fato gerador;
 - III. a mesma lei que rege o fato é também a única apta a reger os efeitos que ele desencadeia, como a sujeição passiva, extensão da responsabilidade, base de cálculo, alíquotas, deduções, compensações e correção monetária, por exemplo;
 - IV. a lei instituidora ou majoradora de tributos tem de ser, como regra, prospectiva; admite-se, porém, a sua retroatividade imprópria.
- a) Todos os itens estão corretos.
 - b) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
 - c) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
 - d) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
 - e) Estão corretos apenas os itens I e III.

3 - O art. 154, inciso I, da Constituição Federal, outorga à União o que se costuma chamar de competência tributária residual, permitindo que institua outros impostos que não os previstos no art. 153. Sobre estes impostos, é incorreto afirmar que:

- a) Estados e Municípios não possuem competência tributária residual.
- b) Terão de ser, necessariamente, não-cumulativos.
- c) Não poderão ter base de cálculo ou fato gerador próprios dos impostos já discriminados na Constituição Federal.
- d) Caso sejam instituídos por meio de medida provisória, esta deverá ser convertida em lei até o último dia útil do exercício financeiro anterior ao de início de sua cobrança.
- e) Para a instituição de tais impostos, há que se respeitar o princípio da anterioridade.

4 - “A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para geladeiras, fogões, máquinas de lavar e tanquinhos, produtos da linha branca, que encerraria no próximo dia 31, foi prorrogada por mais três meses. A partir de 1º de novembro entra em vigor uma nova tabela cujas alíquotas passam a ser estabelecidas com base na eficiência energética dos produtos, de acordo com a classificação do Programa Brasileiro de Etiquetagem, coordenado pelo Inmetro.

O anúncio foi feito nesta quinta-feira pelo ministro da Fazenda Guido Mantega. “Nós estamos desonerando mais os produtos que consomem menos energia”, explicou. A medida vale até 31 de janeiro de 2010.

Segundo ele, as geladeiras, que antes do IPI baixo tinham uma alíquota de 15%, e recuou para 5%, poderão manter essa mesma alíquota reduzida, mas somente para os produtos da chamada classe “A”, ou seja, com menor consumo de energia. As geladeiras da classe “B” passarão a ter uma alíquota de 10% e o restante voltará a ter um IPI de 15%.”

(Extraído do site www.fazenda.gov.br, notícia de 29.10.2009).

Na notícia acima, identificamos um importante aspecto do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados. Assinale, entre as opções que se seguem, aquela que explica e justifica tal aspecto, isto é, somente aquele que a notícia mencionada destacou.

- a) Por meio da seletividade, pode-se tributar com alíquotas diferenciadas produtos de acordo com o seu grau de essencialidade.
- b) A notícia demonstra a aplicabilidade do princípio constitucional da capacidade tributária, pois estabelece alíquotas diferenciadas para as diversas categorias de geladeiras existentes no mercado.
- c) O IPI constitui uma exceção à regra geral da legalidade, já que o Poder Executivo pode, a qualquer momento, baixar ou restabelecer as suas alíquotas.
- d) A não-cumulatividade, outra característica do IPI, visa impedir que as incidências sucessivas nas diversas operações da cadeia econômica de um produto impliquem um ônus tributário muito elevado, decorrente da múltipla tributação da mesma base econômica.
- e) A extrafiscalidade consiste na possibilidade de, por meio de alíquotas diferenciadas, estimular-se determinado comportamento por parte da indústria e, conseqüentemente, dos consumidores.

5 - Sobre o ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros ou falsos. Depois, escolha a opção que seja adequada às suas respostas:

- I. o artigo da Constituição Federal que prevê a cobrança do ISS remete à lei complementar a definição dos serviços de qualquer natureza sujeitos à tributação;
 - II. a lei complementar que definir os serviços sujeitos à tributação pelo ISS está adstrita à base econômica “serviços de qualquer natureza”;
 - III. a lei complementar que definir os serviços sujeitos à tributação pelo ISS não pode definir como serviços sujeitos à incidência do ISS aquelas espécies atribuídas constitucionalmente à competência tributária dos estados;
 - IV. em face da lei complementar, cabe ao Município, ou ao Distrito Federal, mediante lei própria, instituir o ISS. Normalmente, as leis municipais copiam a lista de serviços passíveis de tributação constante da lei complementar, exercendo, pois, plenamente, a sua competência tributária.
- a) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
 - b) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
 - c) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) Estão corretos apenas os itens I e III.

6 - Consoante o que dispõe o art. 111 do Código Tributário Nacional, interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha, entre outros, sobre a outorga de isenção. Tal artigo, embora sofra algumas críticas de parte da doutrina, no sentido de que não se deva lançar mão isoladamente da técnica de interpretação literal, vem tendo acolhida em diversos julgados oriundos de tribunais superiores. Como exemplos de aplicação de tal princípio, podemos apontar as seguintes situações, com exceção de:

- a) de modo geral, podemos afirmar que é vedada a analogia em legislação que verse sobre a outorga de isenções.
- b) requisitos estabelecidos por ato normativo infralegal, como um Ato Declaratório Normativo expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por exemplo, podem impor restrições válidas, além daquelas contidas em textos legais, para a fruição de benefícios fiscais.
- c) não é vedada a ponderação dos elementos sistemáticos e finalísticos da norma por parte do aplicador do direito.
- d) embora o comando legal seja no sentido de que seja dada interpretação literal à legislação que disponha sobre a outorga de isenções, admite-se uma interpretação mais ampla da referida norma.
- e) a isenção tributária revela-se instrumento de materialização de conveniência política, insuscetível, neste aspecto, de controle do Poder Judiciário, na concretização de interesses econômicos e sociais, estimulando e beneficiando determinadas situações merecedoras de tratamento privilegiado.

7- Sobre o lançamento, procedimento administrativo que faz nascer a obrigação tributária, é correto afirmar que:

- a) por meio do lançamento, constitui-se o crédito tributário, apontando o montante devido correspondente à obrigação tributária principal, que abrange o tributo, mas não abrange eventuais penalidades pecuniárias pelo descumprimento da obrigação tributária.
- b) o lançamento é indispensável para o recebimento do crédito tributário (por exemplo, nos casos de crédito consignado em pagamento e na conversão de depósito em renda), em qualquer situação.
- c) o tributo, por força do CTN, é lançado mediante atividade administrativa plenamente vinculada, não sendo admissíveis impugnações de quaisquer natureza.
- d) a forma do lançamento dependerá do regime de lançamento do tributo e das circunstâncias nas quais é apurado, sendo que, por não seguir o princípio documental, não necessariamente conterá a totalidade dos elementos necessários à identificação da obrigação surgida.
- e) ainda quando de fato seja o lançamento feito pelo sujeito passivo, o Código Tributário Nacional, por ficção legal, considera que a sua feitura é privativa da autoridade administrativa, e por isto, no plano jurídico, sua existência fica sempre dependente de homologação por parte da autoridade competente.

8 - De acordo com o disposto no artigo 175 do Código Tributário Nacional, excluem o crédito tributário a isenção e a anistia. Sobre estas, comparadas a outros benefícios dos quais resultam renúncia de receita, podemos afirmar, exceto, que:

- a) a isenção exclui o crédito tributário, ou seja, surge a obrigação mas o respectivo crédito não será exigível; logo, o cumprimento da obrigação principal, bem como das obrigações acessórias dela decorrentes, fica dispensado.
- b) ainda no caso da alíquota zero, no caso do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, permite-se ao Poder Executivo restabelecer as alíquotas a qualquer tempo, sem a necessidade de edição de lei para tal finalidade.
- c) o efeito econômico da isenção assemelha-se ao do benefício fiscal da alíquota zero, sendo esta uma solução encontrada pelas autoridades fazendárias no sentido de excluir o ônus da tributação sobre certos produtos, temporariamente, sem o isentar.
- d) caso o tributo tenha sido instituído por lei complementar, a concessão de sua isenção tem de ser feita por meio de diploma legislativo de mesmo nível, ou seja, também por lei complementar.
- e) a anistia fiscal é capitulada como a exclusão do crédito (gerado pela infração) e não como extinção (caso de remissão), pois se trata de créditos que aparecem depois do fato violador, abrangendo apenas infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

9 - Sobre a dívida ativa tributária, é incorreto afirmar que:

- a) provém de crédito de igual natureza.
- b) somente se admite a inscrição de débito em dívida ativa após o decurso do prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo administrativo.
- c) o controle da legalidade da inscrição em dívida ativa é a derradeira oportunidade que a Administração tem de rever os requisitos dos atos praticados no processo administrativo de cobrança, ocasião em que ainda pode modificá-los.
- d) as informações relativas a inscrições na dívida ativa da fazenda pública podem ser divulgadas, sem que isso configure violação ao sigilo fiscal.
- e) uma vez inscrito o débito em dívida ativa, tem-se que o título representativo desta goza de presunção de liquidez e certeza.

10- Sobre o sigilo fiscal, previsto no art. 198 do Código Tributário Nacional, analise os itens a seguir, classificando-os como verdadeiros ou falsos. Escolha, em consequência, a opção que seja adequada às suas respostas:

- I. é vedada a divulgação para qualquer fim, como regra, por parte da Fazenda Pública e de seus funcionários, de qualquer informação obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros;
 - II. não é vedado o fornecimento de informações para autoridade judiciária, mediante requisição, no interesse da justiça;
 - III. é dominante o entendimento de que pode o Juiz, nos autos de uma execução fiscal, atender a pedido do exequente de oficiar à Secretaria da Receita Federal do Brasil solicitando cópia da declaração de bens e renda do executado, de modo a permitir a identificação de bens penhoráveis;
 - IV. de outra forma, não se admite o disposto no item III no caso de uma execução de sentença.
- a) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
 - b) Estão corretos apenas os itens I e II.
 - c) Todos os itens estão corretos.
 - d) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
 - e) Estão corretos apenas os itens II e III.

PREVIDENCIÁRIO

- 11- A Constituição Federal de 1988 deu novo tratamento à Previdência Social no Brasil em relação às constituições pretéritas. O conceito de Seguridade Social colocado no Título da Ordem Social constitui em um novo paradigma constitucional à medida que:
- a) a Previdência Social é vista como um direito social independente e não relacionado à Assistência Social.
 - b) a Previdência Social é vista como um subsistema da Saúde.
 - c) a Previdência Social é vista como um serviço a ser prestado de forma integrada com a Assistência Social e a Saúde.
 - d) Assistência Social e Previdência Social são conceitos jurídicos idênticos.
 - e) Saúde e Assistência Social são direitos sociais organizados da mesma maneira e com a mesma finalidade.
- 12- Tendo em vista os princípios e diretrizes da Seguridade Social, nos termos do texto da Constituição Federal e da legislação de custeio previdenciária, assinale a opção incorreta.
- a) Diversidade da base de financiamento.
 - b) Universalidade da cobertura e do atendimento.
 - c) Equidade na forma de participação no custeio.
 - d) Irredutibilidade do valor dos benefícios e serviços.
 - e) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- 13- Pedro Luís, servidor público estadual concursado, deseja se filiar ao regime geral de previdência. Assim, entra com requerimento na Secretaria de Administração do Estado pedindo que não seja mais descontado o valor da contribuição para o sistema estadual de previdência própria pública decorrente do cargo público efetivo que exerce na repartição estadual. Com relação ao pedido formulado por Pedro Luís, é correto afirmar que:
- a) Pedro Luís pode participar do Regime Geral de Previdência Social como segurado obrigatório empregado.
 - b) Pedro Luís não pode participar do Regime Geral de Previdência Social, pois já participa de Regime Próprio de Previdência Social como servidor ocupante de cargo efetivo.
 - c) Pedro Luís pode participar do Regime Geral de Previdência Social como segurado obrigatório contribuinte individual.
 - d) Pedro Luís pode participar do Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.
 - e) Caso haja compensação das contribuições já pagas, Pedro Luís pode participar do Regime Geral de Previdência Social.
- 14- Com relação ao segurado empregado, assinale a opção correta.
- a) O seu empregador não deve prestar contas sobre as contribuições do seu empregado.
 - b) Sua contribuição para o orçamento da Seguridade Social e da Previdência Social ocorrem de forma volitiva e desvinculada do seu empregador.
 - c) Não contribue para a Seguridade Social de forma direta, só por meio de imposto de renda.
 - d) Sua contribuição incide sobre o seu salário-de-contribuição.
 - e) Podem ser dadas remissões para as contribuições sociais do empregado doméstico retidas pelo empregador no pagamento dos salários.
- 15- A arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social devem ser feitos com a cooperação dos entes e pessoas envolvidos com o fato gerador da contribuição social. A respeito dessa cooperação imposta pela lei, assinale a assertiva incorreta, nos termos da legislação de custeio previdenciário em vigor.
- a) Os segurados, contribuinte individual e facultativo, estão obrigados a recolher sua contribuição por iniciativa própria, até o dia 20 (vinte) do mês seguinte ao da competência.
 - b) A empresa é obrigada a recolher os valores arrecadados dos segurados empregados até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da competência.
 - c) A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregados e trabalhadores avulsos a seu serviço, descontando-as da respectiva remuneração.
 - d) O empregador doméstico está obrigado a arrecadar a contribuição do segurado empregado a seu serviço e a recolhê-la, assim como a parcela a seu cargo.
 - e) Se não houver expediente bancário nas datas legais de recolhimento da contribuição, o recolhimento deverá ser efetuado no dia útil imediatamente posterior.
- 16- Na busca da efetiva arrecadação da contribuição social, a legislação previdenciária de custeio dispõe sobre a responsabilidade solidária. Sabendo que a solidariedade nunca é presumida, resultando da lei ou da vontade das partes, assinale a assertiva incorreta com relação às pessoas solidárias pelo cumprimento das obrigações para com a Seguridade Social decorrentes de obra.
- a) O proprietário.
 - b) O incorporador.
 - c) O fiscal de obras da prefeitura.
 - d) A empresa de comercialização de imóveis.
 - e) O construtor.

17- Obra de construção civil realizada em grande shopping da cidade não contém prova regular e formalizada do montante dos salários pagos durante a sua execução. Assim, pode-se concluir que:

- a) não poderá haver cobrança de contribuição social pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- b) o montante dos salários pagos pela execução de obra de construção civil pode ser obtido mediante cálculo da mão-de-obra empregada, proporcional à área construída.
- c) poderá haver cobrança sobre o valor total de empréstimos bancários usados na obra.
- d) poderá haver cobrança de contribuição social só sobre os salários pagos aos dirigentes da construtora.
- e) poderá haver a cobrança de uma sobretaxa de imposto de renda sobre o lucro da construtora.

18- Nos termos da legislação de custeio, quem não é obrigado a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições previstas na Lei n. 8.212/91:

- a) o síndico.
- b) o liquidante de empresa em liquidação extrajudicial.
- c) o segurado da Previdência Social.
- d) o liquidante de empresa em liquidação judicial.
- e) o dependente da Previdência Social.

19- Além do pagamento das contribuições sociais, as empresas tem outras obrigações para com o fisco. Antônio José, empresário contribuinte individual, desejando cumprir com todas as suas obrigações fiscais, pede ao contador que seja elaborada a folha de pagamento das remunerações pagas ou creditadas por sua empresa.

De acordo com a situação-problema apresentada acima e das obrigações acessórias da empresa, é correto afirmar que:

- a) a referida folha de pagamento deve incluir todas as remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a serviço da empresa.
- b) a referida folha de pagamento deve incluir só os empregados da empresa.
- c) a referida folha de pagamento pode ser feita com qualquer padrão.
- d) a referida folha de pagamento deve incluir só os sócios da empresa.
- e) não há necessidade de elaboração de folha de pagamento, sendo necessário somente os depósitos bancários realizados no Livro de Caixa da empresa.

20- A empresa contratante de serviços executados mediante cessão ou empreitada de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter determinado valor e recolher a importância retida. Assinale a assertiva correta com relação a qual o valor a ser retido e em nome de quem será recolhido.

- a) Onze por cento do valor líquido da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa cedente da mão-de-obra.
- b) Onze por cento do valor bruto dos salários pagos aos autônomos ou fatura de prestação de serviço; em nome do INSS.
- c) Onze por cento do valor líquido da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa contratada.
- d) Onze por cento do valor bruto dos salários pagos aos autônomos ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa contratante.
- e) Onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviço; em nome da empresa cedente da mão-de-obra.

CONTABILIDADE GERAL

21- A empresa Gregório, Irmãos & Cia. Ltda., possuindo Disponibilidades de R\$ 2.730,00, Imobilizações de R\$ 3.270,00 e Dívidas de R\$ 2.900,00, realizou duas transações:

1. a compra de uma máquina por R\$ 2.000,00, pagando 20% de entrada; e
2. a venda de um equipamento por R\$ 3.000,00, perdendo 30%.

Concluídas as operações, e devidamente registradas, pode-se afirmar com certeza que essa firma tem:

- a) prejuízos de R\$ 500,00.
- b) passivo exigível de R\$ 4.500,00.
- c) patrimônio líquido de R\$ 3.100,00.
- d) passivo a descoberto de R\$ 900,00.
- e) ativo de R\$ 4.600,00.

22- Observemos o seguinte fato contábil: pagamento, mediante a emissão de cheque, de uma duplicata antes do vencimento, obtendo-se um desconto financeiro, por essa razão.

Para que o registro contábil desse fato seja feito em um único lançamento, deve-se utilizar a

- a) primeira fórmula, com 1 conta devedora e 1 conta credora.
- b) segunda fórmula, com 1 conta devedora e 2 contas credoras.
- c) terceira fórmula, com 2 contas devedoras e 1 conta credora.
- d) quarta fórmula, com 2 contas devedoras e 2 contas credoras.
- e) terceira fórmula, com 3 contas devedoras e 1 conta credora.

23- Determinada empresa, cujo exercício social coincide com o ano-calendário, pagou a quantia de R\$ 1.524,00 de prêmio de seguro contra incêndio no dia 30 de setembro de 2007.

A apólice pertinente a essa transação cobre riscos durante o período de primeiro de outubro de 2007 a 30 de setembro de 2008.

Considerando o princípio da competência de exercícios, o Contador da empresa registrou o pagamento dos gastos na conta Seguros a Vencer.

No balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, após as apropriações de praxe, o saldo desta conta, "Seguros a Vencer", deverá ser de

- a) R\$ 1.260,00.
- b) R\$ 381,00.
- c) R\$ 1.055,00.
- d) R\$ 1.172,20.
- e) R\$ 1.143,00.

24- No encerramento do exercício social, quando ainda resta saldo não utilizado na conta Provisão para Devedores Duvidosos, necessário se faz contabilizar a reversão desse saldo. Nesse caso, o lançamento de ajuste a ser feito deverá ser:

- a) creditando-se a conta de Provisão e debitando-se a conta de Lucros Acumulados.
- b) creditando-se a conta de Provisão e debitando-se a conta de Resultado do Exercício.
- c) debitando-se a conta de Provisão e creditando-se a conta de Lucros Acumulados.
- d) debitando-se a conta de Provisão e creditando-se a conta de Resultado do Exercício.
- e) debitando-se a conta de Provisão e creditando-se a conta de Despesa.

25- Assinale abaixo a opção que contém uma afirmativa falsa.

- a) A legislação do imposto sobre a renda dispensa determinadas pessoas jurídicas da obrigatoriedade da manutenção de escrituração contábil e fiscal.
- b) O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.
- c) Os bens de uso do ativo imobilizado deverão ser depreciados a partir do momento de sua aquisição, mesmo que permaneçam estocados para utilização futura.
- d) Existe um piso, atualizado periodicamente pela Receita Federal, para incorporação de bens ao ativo imobilizado. Os bens adquiridos para uso, com valor inferior, deverão ser contabilizados como despesas operacionais.
- e) Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

26- A empresa Hélices Elíseas S.A. já tinha máquinas e equipamentos adquiridos em outubro de 2007, por R\$ 8.000,00, quando comprou outra, em primeiro de abril de 2008, por R\$ 6.000,00 e mais outra, por R\$ 10.000,00, em primeiro de outubro de 2008.

Sabendo-se que a vida útil desses equipamentos é de apenas dez anos, podemos dizer que, no balanço de 31 de dezembro de 2008, o seu valor contábil será de

- a) R\$ 22.500,00.
- b) R\$ 22.300,00.
- c) R\$ 21.600,00.
- d) R\$ 21.400,00.
- e) R\$ 20.800,00.

27- A Companhia Alimentos Genéricos S.A. extraiu do seu Livro Razão, em 31 de dezembro de 2008, as seguintes contas e respectivos saldos:

Vendas de Produtos	2.000,00
Capital Social	1.590,00
Custo dos Produtos Vendidos	1.190,00
Máquinas e Equipamentos	981,00
Duplicatas a Receber	390,00
Mercadorias	380,00
Caixa	305,00
ICMS sobre Vendas	210,00
Despesas Gerais e Administrativas	200,00
Salários	140,00
Fornecedores	130,00
ICMS a Recolher	120,00
Ações em Tesouraria	30,00
Duplicatas Descontadas	84,00
Depreciação Acumulada	67,00
Empréstimos Bancários	36,00
Despesas Pré-Operacionais	132,00
Juros Passivos a Vencer	85,00
Provisão para Devedores Duvidosos	16,00

Ao fim do exercício, o inventário de mercadorias foi calculado em R\$ 3.800,00, o imposto de renda foi provisionado em 25% do lucro líquido contábil e o restante do lucro foi transferido para reservas.

Ao elaborarmos o balancete geral de verificação, a partir dos dados listados, certamente, encontraremos saldos contábeis, devedores e credores, no valor de

- a) R\$ 4.013,00.
- b) R\$ 3.911,00.
- c) R\$ 3.959,00.
- d) R\$ 3.876,00.
- e) R\$ 4.043,00.

28- No balanço de encerramento do exercício social, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

No ativo patrimonial, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, compondo os seguintes grupos:

- a) ativo circulante; ativo realizável a longo prazo; investimentos; ativo imobilizado; e intangível.
- b) ativo circulante; ativo realizável a longo prazo; e ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.
- c) ativo circulante; e ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- d) ativo circulante; ativo realizável a longo prazo; investimentos; ativo imobilizado; e ativo diferido.
- e) ativo circulante; e ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e diferido.

29- Em relação ao encerramento do exercício social e à composição dos grupos e subgrupos do balanço, assinale abaixo a opção falsa.

- a) No ativo circulante, serão incluídas as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) No intangível, serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.
- c) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- d) Em investimentos, serão classificadas as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.
- e) No ativo imobilizado, serão classificados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

30- A Companhia Cereais Sereias, em 31 de dezembro de 2008, apresentou o seguinte rol de contas e saldos:

Ações em Tesouraria	100,00
Caixa	696,00
Despesas Pré-Operacionais	95,00
Mercadorias	1.293,00
Empréstimos Bancários	120,00
Provisão para Devedores Duvidosos	35,00
Custo dos Produtos Vendidos	5.582,00
Fornecedores	437,00
Capital Social	4.591,00
Duplicatas a Receber	1.302,00
Vendas de Produtos	7.675,00
Duplicatas Descontadas	280,00
Despesas Gerais e Administrativas	1.141,00
Máquinas e Equipamentos	3.106,00
Juros Passivos a Vencer	48,00
Depreciação Acumulada	225,00

Ao realizar o levantamento do balanço patrimonial, o Contador da empresa certamente encontrará um Ativo total no valor de

- a) R\$ 5.625,00.
- b) R\$ 6.000,00.
- c) R\$ 5.905,00.
- d) R\$ 5.720,00.
- e) R\$ 6.100,00.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

31- Sobre as definições constantes da Convenção de Viena de 1969 (CVDT), pode-se afirmar que:

- a) a CVDT determina expressa distinção entre “tratado” e “acordo internacional”.
- b) a definição de “organização internacional” abrange organizações não-governamentais, desde que tenham sua personalidade jurídica criada em um dos Estados Membros da CVDT.
- c) “reserva” é uma declaração unilateral com o objetivo de excluir ou modificar o efeito jurídico de certas disposições do tratado.
- d) “ratificação” significa um documento expedido pela autoridade competente de um Estado e pelo qual são designadas uma ou várias pessoas para representar o Estado na negociação.
- e) “plenos poderes” se refere à capacidade de o Estado negociador impor uma proposta de texto aos demais Estados participantes.

32- No direito e na jurisprudência brasileiros, pode-se afirmar, sobre a relação entre direito tributário interno e tratados internacionais, que:

- a) a isenção de imposto sobre circulação de mercadorias concedida a similar nacional se estende a mercadoria importada de país signatário do GATT.
- b) os tratados internacionais devem ser observados pela legislação que lhes sobrevenha; sua inobservância implicará a denúncia tácita dos tratados.
- c) os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, desde que aprovados por maioria absoluta do Congresso Nacional.
- d) os acordos do MERCOSUL revogam normas internas a partir de sua assinatura, pelo Estado Membro em questão, perante a Secretaria Geral do MERCOSUL.
- e) o princípio da prevalência dos tratados internacionais é aplicável a todos os acordos ratificados pelo Brasil após sua adesão ao MERCOSUL.

33- Sobre a condição jurídica do estrangeiro no Brasil, pode-se afirmar que

- a) o visto de trânsito pode ser concedido ao estrangeiro que, para atingir o país de destino, tenha de permanecer em território nacional por pelo menos dez dias.
- b) o estrangeiro que tenha filho ou cônjuge brasileiro preenche automaticamente os requisitos para a naturalização.
- c) em nenhuma hipótese pode o estrangeiro deportado ser readmitido em território nacional.
- d) a competência para decidir sobre pedido de extradição, apresentado por Estado estrangeiro, é do Ministro da Justiça, sujeita a decisão a recurso ao Supremo Tribunal Federal.
- e) poderá ser dispensada a exigência de visto, com base em reciprocidade, estabelecida mediante acordo internacional.

34- Sobre a Organização Mundial do Comércio (OMC) e os acordos firmados em seu âmbito, pode-se afirmar que:

- a) a OMC foi originada nos Acordos de Bretton Woods, juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.
- b) o processo decisório da OMC tem sua maior instância nas conferências ministeriais, e baseia-se geralmente no consenso entre seus Membros.
- c) o Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) contém as regras que permitem aos países Membros a aplicação de medidas *antidumping*, desde que verificada a existência de subsídios.
- d) o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionado a Comércio (TRIMS) regulamenta extensivamente a proteção ao investimento estrangeiro nos países Membros da OMC, pela aplicação da Cláusula do Tratamento Nacional.
- e) ao sistema de solução de controvérsias da OMC têm acesso os Membros, os investidores sediados em seus territórios e, em situações excepcionais, os países em processo de acessão.

35- Sobre o Fundo Monetário Internacional (FMI), é correto afirmar que:

- a) os bens do FMI gozam de imunidade diplomática, sendo inaceitável a renúncia a esta imunidade.
- b) bancos internacionais podem ser aceitos como membros, desde que assinem e obedeçam às regras prudenciais da Convenção da Basiléia.
- c) cada membro tem direito equitativo de voto, e o processo decisório se baseia na maioria de votos.
- d) entre seus objetivos, inclui-se evitar a prática de depreciação cambial competitiva entre seus membros.
- e) os Direitos Especiais de Saque (SDRs) podem ser emitidos pelo FMI nos países que requerem assistência para equilibrar sua balança de pagamentos.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

36- Um dos mais significativos avanços advindos da criação da Organização Mundial de Comércio está relacionado ao mecanismo de solução de controvérsias comerciais. Sobre o mesmo é correto afirmar que:

- a) o sistema de solução de controvérsias é acionado por comum acordo entre as partes litigantes que somente podem fazê-lo após terem tentado chegar a acordo por negociações diretas.
- b) qualquer das partes tem direito a apelar das conclusões do Relatório Final emitido pelo Painel constituído para analisar a controvérsia, sendo a decisão do Órgão de Apelação irrecorrível e sua implementação obrigatória para a parte que tenha perdido a causa.
- c) o processo se inicia com a consulta, pelo Órgão de Solução de Controvérsias, a especialistas sobre a questão que dá origem ao litígio comercial, os quais, na fase seguinte, ouvem as alegações das partes e elaboram um parecer, que é encaminhado ao Painel, que o acata ou não e comunicam o resultado às partes litigantes.
- d) o atual Órgão de Solução de Controvérsias é originado do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) de 1947, tendo sido ampliado e aperfeiçoado durante a Rodada Uruguai e incorporado, finalmente, à Organização Mundial do Comércio a partir de 1995.
- e) à diferença do procedimento de solução de controvérsias existente no marco do GATT, o atual mecanismo é mais flexível quanto aos prazos limites a serem observados em cada etapa, sendo que o parecer final de um painel prescinde de ter a aprovação de todos os membros para ser aplicado, facilitando assim sua efetiva aplicação.

37- Sobre a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), é incorreto afirmar que:

- a) por ter como membros países das três Américas, a ALADI constitui, no presente, o mais importante e ativo fórum de negociações comerciais regionais.
- b) por não se pautar pela aplicação estrita da Cláusula da Nação Mais Favorecida, a ALADI oferece marco jurídico para acordos de integração bilaterais bem como para iniciativas de integração econômica de caráter sub-regional, como o Mercado Comum do Sul e a Comunidade Andina de Nações.
- c) os principais instrumentos para a integração concebidos no marco da Associação são os Acordos de Complementação Econômica, os Acordos de Alcance Parcial e a Preferência Tarifária Regional.
- d) criada em 1980 em substituição à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a ALADI incorporou princípios e instrumentos para a integração econômica mais flexíveis que sua antecessora, abandonando a abordagem eminentemente multilateralista que marcou o processo de integração regional desde o início dos anos sessenta.

- e) em razão dos princípios da gradualidade e flexibilidade, os acordos celebrados no marco da ALADI não necessariamente devem estipular prazos para a consecução dos objetivos a que se reportam.
- 38- O Acordo sobre Valoração Aduaneira define procedimentos para se determinar o valor a ser considerado pelas autoridades aduaneiras para a imposição dos tributos incidentes sobre a importação de um bem. Considerando tais procedimentos, assinale a opção correta.
- a) O valor de transação de mercadoria idêntica ou, sucessivamente, de mercadoria similar deve ser considerado como base para a valoração aduaneira quando da impossibilidade de se aplicar, como base primeira, o valor de transação.
- b) No caso da impossibilidade de determinação do valor de transação, o Acordo determina que compete à autoridade aduaneira, em seguida, calcular o valor aduaneiro a partir da estimativa de todos os custos associados à produção do bem considerado e, de acordo com o Termo Internacional de Comércio (Incoterm) que reger a operação comercial, dos custos assumidos diretamente pelo importador.
- c) Quando houver impedimentos para a aplicação do valor de transação, devem o importador e a autoridade aduaneira acordar o valor a ser considerado, tomando por base os custos assumidos direta e indiretamente pelo importador.
- d) O valor computado, ou seja, o preço de revenda, no mercado nacional, de mercadoria importada idêntica ou similar é que servirá de base para a determinação do valor aduaneiro quando da impossibilidade de se estimar os custos de produção no exterior e de todas as despesas incorridas na importação da mercadoria a ser gravada.
- e) O valor dedutivo é o critério final para a determinação do valor aduaneiro.
- 39- O Acordo sobre Regras de Origem compôs o pacote de acordos fechados no marco da Rodada Uruguaí e integra, consequentemente, o marco normativo da Organização Mundial do Comércio. Sobre o mesmo, é correto afirmar que:
- a) o Acordo estabelece os princípios e as condições segundo as quais as normas de origem possam ser legitimamente empregadas como instrumentos para a consecução de objetivos comerciais e estabelece como objetivo tornar uniformes os critérios empregados pelos países individualmente para a determinação da nacionalidade de um bem importado.
- b) o Acordo, visando a efetiva implementação dos compromissos e obrigações nele previstos, estabeleceu um prazo de três anos para que os países membros harmonizem entre si as regras de origem que aplicam, instaurando, para coordenar essa tarefa, o Comitê de Regras de Origem, vinculado diretamente ao Conselho para o Comércio de Bens.
- c) o Acordo abrange primordialmente as regras de origem empregadas em instrumentos preferenciais, como acordos de livre comércio e o Sistema Geral de Preferências Comerciais, não alcançando instrumentos comerciais não preferenciais como salvaguardas, direitos *antidumping* e acordos de compras governamentais.
- d) a supervisão da aplicação do Acordo pelos países parte é feita diretamente pelo Conselho de Comércio de Bens da Organização Mundial do Comércio, no que é assistido por um Comitê Técnico constituído especificamente para tal fim.
- e) são objetivos essenciais do Acordo harmonizar as regras de origem e criar condições para que sua aplicação seja feita de forma imparcial, transparente e previsível e para que as mesmas não representem obstáculos desnecessários ao comércio.
- 40- O objetivo precípua do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) é:
- a) dar garantias aos importadores e instituições financeiras no exterior que tenham financiado exportações ao mercado brasileiro contra riscos comerciais, políticos e extraordinários.
- b) garantir, ao exportador, acesso a financiamento no montante referente ao valor de bens exportados em face de atraso ou inadimplência, por parte do importador, provocado(a) por circunstâncias políticas e econômicas.
- c) dar garantias aos exportadores e instituições financeiras que financiam a produção de bens e a prestação de serviços destinados às exportações brasileiras bem como as exportações brasileiras de bens e serviços contra riscos comerciais, políticos e extraordinários.
- d) fornecer, ao exportador brasileiro, crédito para a contratação de seguro que garanta proteção à mercadoria a ser exportada contra riscos associados ao seu manuseio e transporte desde o embarque à sua entrega ao importador no país de destino.
- e) garantir ao importador, em situações emergenciais, condições facilitadas e imediatas de acesso a crédito para o pagamento, ao exportador nacional, de uma operação de importação.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 41- Constata-se que os princípios orçamentários do equilíbrio e da unidade foram respeitados quando ocorrem, respectivamente:
- as despesas correntes liquidadas não ultrapassam as receitas correntes arrecadadas e a Lei Orçamentária Anual disciplinou todas as modificações na legislação tributária necessárias à execução do orçamento.
 - as despesas correntes foram pagas sem a realização de operações de crédito e as despesas de capital foram cobertas com receitas correntes.
 - a arrecadação total foi suficiente para cobrir todas as despesas liquidadas e a distribuição dos gastos durante os meses do exercício manteve-se bem distribuída.
 - as receitas de capital não ultrapassaram as despesas de capital e todas as despesas realizadas foram autorizadas em lei.
 - todas as despesas autorizadas no exercício não ultrapassam o valor das receitas estimadas e cada ente da federação apresenta um único orçamento no exercício.
- 42- Segundo a Constituição Federal, um dos instrumentos em que se materializa o processo de planejamento do Governo Federal é o Plano Plurianual – PPA. Assinale a opção em que a afirmação se aplica inteiramente a esse instrumento.
- Embora de natureza constitucional, o PPA não abrange todos os projetos do ente, em razão das emergências não possíveis de serem previstas em lei.
 - O PPA tem seu foco nos programas de governo, seu período de abrangência é de quatro anos podendo ser revisado a cada ano.
 - A elaboração do PPA é feita no nível de cada órgão e sua submissão ao Congresso Nacional se dá por intermédio da presidência de cada um dos Poderes da República.
 - O PPA, embora fundamentado em programas de governo, tem como objetivo definir as modalidades de aplicação de recursos que priorizam o cumprimento das políticas públicas.
 - A inclusão de novos programas no PPA se dá na revisão anual e está condicionada ao cumprimento das metas anteriormente aprovadas.
- 43- A respeito da classificação orçamentária da receita, é correto afirmar:
- alienação de bens de qualquer natureza integrantes do ativo redundam em receita de capital.
 - receitas de contribuições integram as receitas de capital quando oriundas de intervenção no domínio econômico.
 - as receitas agropecuárias se originam da tributação de produtos agrícolas.
 - as receitas intraorçamentárias decorrem de pagamentos efetuados por entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.
 - receitas correntes para serem aplicadas em despesa de capital dependem da inexistência de receitas de capital no exercício.
- 44- Assinale a opção correta, em relação à classificação programática e econômica da despesa, no âmbito da Administração Federal.
- Os programas são compostos por ações que, articuladas, concorrem para o cumprimento de um objetivo comum, enquanto que a classificação econômica define objeto do gasto.
 - Os programas delineiam as áreas de atuação e a classificação econômica define a origem dos recursos a serem aplicados.
 - A classificação programática constitui-se na definição das áreas de atuação do governo e a classificação econômica define os critérios de pagamentos da despesa.
 - A classificação econômica se preocupa com a origem dos recursos, enquanto os programas definem as prioridades do ponto de vista macroeconômico.
 - A classificação programática tal como a classificação econômica pode ser mensurada por indicadores de desempenho.
- 45- Assinale a opção falsa a respeito dos créditos adicionais.
- A abertura de crédito suplementar está condicionada à existência de despesa já pré-empenhada no exercício.
 - A abertura de créditos especiais exige a indicação da fonte dos recursos.
 - Os créditos adicionais aumentam a disponibilidade de crédito para a emissão de empenho ou descentralização.
 - É permitida a reabertura de créditos especiais e extraordinários no exercício seguinte ao da abertura.
 - Créditos extraordinários têm sua abertura submetida a restrições de natureza constitucional.

46- Assinale a opção correta a respeito do ciclo orçamentário no âmbito da Administração Federal brasileira.

- a) Em razão das vedações constitucionais, não é possível fazer ajustes no orçamento sem trâmite pelo Poder Legislativo.
- b) A elaboração das propostas orçamentárias é de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Orçamento Federal.
- c) Na fase de aprovação, as Comissões de Finanças e Tributação das duas casas do Congresso Nacional têm a palavra final.
- d) Na fase de preparação do orçamento para a execução, a alocação dos créditos nos elementos de despesa é atribuição da setorial orçamentária.
- e) A abertura de créditos extraordinários, em razão da sua especificidade, somente pode ser feita por lei complementar.

47- A movimentação de recursos do orçamento entre órgãos e entre unidades de um mesmo órgão é uma necessidade intrínseca à execução do orçamento. Assinale a opção falsa a respeito da descentralização de créditos e descentralização financeira.

- a) A movimentação de créditos entre unidades gestoras de um mesmo órgão independe da programação financeira.
- b) A movimentação financeira entre o Tesouro Nacional e as setoriais financeiras dos órgãos não está vinculada à movimentação de crédito.
- c) A movimentação financeira entre órgãos necessita de prévia e expressa autorização do Tesouro Nacional, em razão de restrições impostas pela Constituição Federal.
- d) Os sub-repasses estão relacionados à descentralização interna de crédito.
- e) As cotas financeiras são movimentações financeiras entre o Tesouro Nacional e as setoriais financeiras.

48- Assinale a opção que indica uma exceção aos objetivos do decreto de programação financeira, no âmbito federal.

- a) Cumprir a Legislação Orçamentária.
- b) Estabelecer normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício.
- c) Limitar o volume de recursos destinados a investimentos colocados à disposição das unidades orçamentárias.
- d) Estabelecer um cronograma de compromissos (empenhos) e de liberação (pagamento) dos recursos financeiros para o Governo Federal.
- e) Assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

49- Para fins de cumprimento da “regra de ouro” estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LC n. 101/2000 –, não devem ser computados os ingressos decorrentes de:

- a) operações de crédito internas.
- b) recebimento de cauções.
- c) alienação de bens integrantes do patrimônio.
- d) prestação de serviços pela administração pública.
- e) financiamentos por organismos estrangeiros.

50- A respeito dos recursos transferidos mediante convênios, enquanto não utilizados, é correto afirmar:

- a) a aplicação no mercado financeiro está condicionada à autorização formal do concedente e os rendimentos devem ser aplicados no objeto do convênio.
- b) a aplicação somente é permitida em operações de mercado aberto lastreadas em títulos da dívida pública e os rendimentos devem ser aplicados no objeto do convênio.
- c) os rendimentos da aplicação poderão, a critério das partes, ser aplicados em outro objeto correlato desde que o valor não exceda o valor desse objeto.
- d) por se tratar de recursos destinados ao cumprimento de políticas públicas, a sua aplicação no mercado financeiro é vedada por lei.
- e) devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituições financeiras públicas, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

51- De uma forma geral, pode-se afirmar que os projetos possuem as seguintes características, exceto:

- a) têm objetivos definidos.
- b) são não-repetitivos, ou seja: inexistem dois ou mais projetos iguais.
- c) eliminam a incerteza quanto aos resultados.
- d) ocasionam mudanças na organização.
- e) têm um período de tempo limitado, com início e fim bem definidos.

52- Sobre o planejamento baseado em cenários, é correto afirmar que:

- a) suas linhas metodológicas deram origem às escolas de lógica intuitiva, de tendências probabilísticas e de análise prospectiva.
- b) considera eventos como sendo séries métricas que se modificam gradualmente ao longo do tempo, apresentando variações de longo prazo e causando mudanças contínuas no sistema.
- c) a escola de tendências probabilísticas despreza o uso da opinião de especialistas.
- d) considera tendências como sendo fenômenos categóricos que podem ocorrer ou não, em determinado momento no futuro, repentina e inesperadamente, ocasionando impacto importante no comportamento do sistema.
- e) contribui para diminuir a flexibilidade do planejamento, uma vez que, estabelecida a visão de futuro, não mais se deve alterar o plano estratégico.

53- Uma adequada compreensão do tema 'processo decisório' implica ter como corretas as seguintes afirmações, exceto:

- a) um problema cuja solução não dispõe de alternativas já está, por si só, resolvido.
- b) um único problema pode ser percebido de formas diferentes por diferentes indivíduos.
- c) o processo racional de tomada de decisão não exclui o uso da subjetividade.
- d) mesmo a melhor decisão pode acarretar um resultado desastroso.
- e) a tomada de decisão em equipe é preferível à tomada de decisão individual.

54- O trabalho em equipe pressupõe que a (o):

- a) equipe trabalhe, simultaneamente, no mesmo *locus*.
- b) líder delegue responsabilidade.
- c) líder seja sempre democrático.
- d) crítica seja evitada.
- e) diversidade seja respeitada.

55- Ao optar pela liderança situacional, um gestor de pessoas deve:

- a) conduzir a maturidade de trabalho do liderado, com o cuidado de não interferir em sua maturidade psicológica.
- b) adotar um estilo diretivo para quem apresenta maturidade média ou alta.
- c) identificar a maturidade média do grupo e, com base nisso, adotar um estilo único para todos os liderados.
- d) levar os indivíduos ao seu mais elevado nível de desempenho, mediante a liderança eficaz de um a um.
- e) saber que competência é a combinação da motivação e da confiança do indivíduo em sua capacidade de atingir um objetivo ou de realizar uma tarefa.

56- Sobre o tema 'comunicação organizacional', é correto afirmar que:

- a) tanto o emissor quanto o receptor são fontes de comunicação.
- b) redigir com clareza é condição suficiente para que a comunicação seja bem-sucedida.
- c) quando operada em fluxo descendente, a comunicação é considerada formal.
- d) a comunicação informal deve ser evitada e desprezada.
- e) o uso do melhor canal disponível elimina a ocorrência de ruídos.

57- No âmbito da gestão da informação e do conhecimento, é correto pressupor que:

- a) o uso intensivo da tecnologia da informação visa à criação de um repositório de soluções prontas, a serem aplicadas pela organização na resolução de novos problemas.
- b) o conhecimento pode ser obtido no ambiente externo da organização, inclusive junto a organizações concorrentes.
- c) a adoção de uma base tecnológica de primeira linha garante uma cultura do conhecimento no seio da organização.
- d) o conhecimento tácito diz respeito aos indivíduos, não devendo ser alvo de interesse da organização.
- e) à medida em que o repositório de conhecimentos é ampliado, a experimentação passa a ser desnecessária.

58- Para uma adequada prática da função controle, é necessário saber que:

- a) todos os possíveis objetos devem ser controlados de forma censitária.
- b) o controle prescinde do estabelecimento de padrões.
- c) controlar é, eminentemente, comparar.
- d) o controle prévio não gera *feedback*.
- e) a avaliação quantitativa é preferível à avaliação qualitativa.

59- Assinale a afirmativa correta.

- a) Tudo que é efetivo também é eficiente.
- b) Tudo que é eficaz também é eficiente.
- c) Algo não pode ser efetivo se não for eficiente.
- d) Algo pode ser eficaz e não ser eficiente.
- e) Algo não pode ser eficaz se não for eficiente.

60- Sobre a incorporação de novas tecnologias de informação, é correto afirmar que:

- a) pouco influencia a estrutura organizacional.
- b) representa uma fonte de incerteza para as organizações.
- c) dificulta o controle, por tornar mais amplo o acesso ao fluxo informacional.
- d) contribui para a ampliação dos níveis gerenciais.
- e) seu objetivo maior é a redução de custos operacionais.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br